

## Teletrabalho e pandemia do COVID-19: a sobrecarga como regra no trabalho das mulheres

COVID-19 teleworking and pandemic: overload as a rule in women's work

Teletrabajo y pandemia de COVID-19: sobrecarga como regla general en el trabajo de las mujeres

Recebido: 31/05/2022 | Revisado: 13/06/2022 | Aceito: 15/06/2022 | Publicado: 26/06/2022

**Nilza Rogéria de Andrade Nunes**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2208-1054>  
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil  
E-mail: nr.nunes@puc-rio.br

**Luiza Santiago Lessa**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7657-4623>  
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil  
E-mail: luiza.santiago.lessa@gmail.com

**Yanka Martins Pereira**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5237-3317>  
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil  
E-mail: yanka.martins@hotmail.com

**Tamara Mesquita Oliveira Silva**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7192-7020>  
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil  
E-mail: tamarasersocial@yahoo.com.br

**Marcia Regina Botão Gomes**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2672-3672>  
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil  
E-mail: mrbotaogomes@gmail.com

### Resumo

Este artigo tem como objetivo refletir sobre a implicação do teletrabalho exercido pelas mulheres no contexto da pandemia e sua relação com vida doméstica. Para tanto, apresentamos como o contexto pandêmico impulsionou o trabalho remoto e tencionou os limites entre o público e privado. A metodologia do estudo foi de natureza qualitativa, de base bibliográfica e dados documentais disponibilizados nos anos de 2020 e 2021 por órgãos do governo brasileiro e por organizações privadas e não governamentais que publicaram estudos e pesquisas através de sites da internet. Os resultados e discussões dialogam com a dualidade hierárquica do masculino/feminino no trabalho doméstico e a reorganização das atividades laborais no contexto da pandemia, produzindo uma sobrecarga intensa no cotidiano da vida das mulheres. As considerações finais apontam para a necessidade de reflexão acerca das mudanças produzidas pela pandemia com a aceleração do teletrabalho e os efeitos produzidos sobre as classes populares na reprodução das desigualdades sociais e em especial da vida das mulheres.

**Palavras-chave:** Teletrabalho; Mulheres; COVID-19.

### Abstract

This article aims to reflect on the implication of telework performed by women in the context of the pandemic and its relationship with domestic life. To this do so, we present how the pandemic context boosted remote work and intended the boundaries between the public and the private. The methodology of the study was qualitative in nature, bibliographic basis and documentary data made available in the years 2020 and 2021 by Brazilian government agencies and by private and non-governmental organizations that published studies and research e sites of Internet. The results and discussions dialogue with the hierarchical duality of the male/female in domestic work and the reorganization of work activities in the context of the pandemic, producing an intense overload in the daily life of women. The final considerations point to the need for reflection on the changes produced by the pandemic with the acceleration of telework and the effects produced on the popular classes in the reproduction of social inequalities and especially of women's lives.

**Keywords:** Teleworking; Women; COVID-19.

### Resumen

Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre la implicación del teletrabajo realizado por las mujeres en el contexto de la pandemia y su relación con la vida doméstica. Para ello, presentamos cómo el contexto de pandemia impulsó el trabajo remoto y pretendió los límites entre lo público y lo privado. La metodología del estudio fue de

natureza qualitativa, base bibliográfica e dados documentais postos a disposição em 2020 e 2021 por agências governamentais brasileiras e por organizações privadas e não governamentais que publicaram estudos e investigações na Internet. Os resultados e discussões dialogam com a dualidade hierárquica homem/mulher no trabalho doméstico e a reorganização das atividades laborais no contexto da pandemia, produzindo uma intensa sobrecarga na vida cotidiana das mulheres. As considerações finais apontam para a necessidade de refletir sobre as mudanças produzidas pela pandemia com a aceleração do teletrabalho e os efeitos produzidos nas classes populares na reprodução das desigualdades sociais e especialmente da vida das mulheres.

**Palavras chave:** Teletrabalho; Mulheres; COVID-19.

## 1. Introdução

A pandemia do novo coronavírus (Sars-Cov-2) evidenciou problemáticas sociais antigas e agudizou a crise político-econômica no cenário nacional e internacional. (Salvador et al., 2020). Neste artigo, privilegiaremos as incidências do trabalho no espaço doméstico, mais especificamente, na vida das trabalhadoras brasileiras que passaram a desempenhar suas atividades laborais no formato de teletrabalho. Consideramos aqui, portanto, como teletrabalho<sup>1</sup> o trabalho que pode ser efetuado de maneira remota, distante do locus de trabalho tradicional, sendo possível de ser efetuado na residência do trabalhador através da utilização de aparato tecnológico de informação, as TICs<sup>2</sup>, (Oit, 2020; Rosenfield & Alves, 2011 apud Rocha & Amador, 2018), seja de forma integral ou parcial/híbrida.

No início da pandemia medidas urgentes foram necessárias para prevenir o contágio, de acordo com as declarações de Emergência em Saúde Pública, emitidas em 30 de janeiro e 11 de março de 2020. Apesar disso, não se pode afirmar que tais medidas foram suficientes. Trabalhadores mais empobrecidos não puderam fazer escolhas ou as fizeram de forma socialmente determinadas, ou seja, trabalhar presencialmente nesse período para manterem sua subsistência e de suas famílias vivenciando maior exposição ao vírus.

Diante dessa realidade limitadora, não podemos dizer que ocorreu exatamente uma escolha livre, uma vez que a liberdade a sociedade capitalista privilegia o mercado e não as reais necessidades humanas. Esse foi um dos motivos do agravamento das mazelas próprias da pandemia, associadas às agruras produzidas pelo capitalismo em crise.

Há algum tempo o teletrabalho ou trabalho remoto<sup>3</sup> vem sendo testado como uma modalidade redutora de custos e a partir da pandemia tem assumido centralidade no exercício da vida laboral de muitos trabalhadores e trabalhadoras de instituições públicas e privadas, sobretudo quando se tornou a estratégia amplamente utilizada considerando a emergência imposta pela crise sanitária. Embora esta alternativa tenha sido emergencial, ela vem compondo a nova amálgama do capital para o aumento da exploração e acumulação de riquezas que congregam a complexa articulação entre trabalho precário, destituído de direitos com trabalhadores formais e informais que fazem cada vez mais uso de tecnologias informacionais para acelerar a produção e o controle de suas atividades (Antunes & Braga, 2009; Antunes, 2020).

Buscamos refletir sobre o impacto produzido de forma distinta nas atividades econômicas e as ocupações nos postos de trabalho neste contexto pandêmico e agravado quando consideradas as desigualdades sociais com forte recorte de classe, gênero e raça. As ocupações mais qualificadas tiveram suas atividades suspensas ou direcionadas para o trabalho remoto. Enquanto isso, outra parcela seguiu trabalhando – seja pelas características do trabalho como pertencente aos segmentos considerados essenciais ou por exigência dos empregadores. Destacamos ainda que um outro grupo recebeu demissão foi imediata, principalmente em ocupações laborais impossibilitadas de serem exercidas remotamente ou que tiveram suas

---

<sup>1</sup>Segundo Rocha e Amador (2018), a definição do termo teletrabalho não é unívoca, no entanto, podemos compreender com base na bibliografia pesquisada que este pode se referir a um tipo de trabalho remoto, cujo termo pode ser utilizado como guarda-chuva para outros, como o home-office/trabalho em domicílio, que por sua vez, caracteriza-se como o trabalho remoto efetuado especificamente na casa do trabalhador.

<sup>2</sup>A sigla TICs compreende as Tecnologias de Informação e Comunicação (notebooks, celulares, internet, e-mail, *hardwares*, *softwares* entre outras), apontadas por Rocha e Amador (2018) como propulsoras da possibilidade de levar o trabalho para casa (e quaisquer outro ambiente que se desejasse).

<sup>3</sup>De acordo com Rocha e Amador (2018), entendemos que o termo trabalho remoto como sendo o trabalho efetuado longe da planta fabril ou do local de trabalho comum, como empresas e instituições diversas, enquanto o termo teletrabalho está mais ligado ao trabalho efetuado também distante do ambiente laboral comum, porém, sendo possível de ser elaborado apenas através da utilização das TICs e, em sua maioria, da residência do trabalhador.

atividades completamente paralisadas. Estabeleceu-se uma divisão entre os que tiveram assegurados os seus rendimentos e a proteção à vida, e os precisaram recorrer ao auxílio emergencial ou seguir trabalhando e colocando em risco a sua existência.

Entretanto, mesmo neste cenário aparentemente demarcado por fronteiras econômicas e/ou condições de trabalho menos precarizadas, outras expressões se fizeram presentes, quando destacamos as condições impostas as mulheres. As tarefas de cuidado e trabalho se sobrepôs de forma mais intensa na pandemia. As recomendações de isolamento social, o fechamento das creches e escolas e a migração para o trabalho remoto de parcela das trabalhadoras dividiu o espaço da casa com todas as demais atividades a ela inerente. Um outro conjunto de mulheres, aquelas notadamente pretas e pobres, cujo trabalho é quase sempre invisibilizado e precarizado, seguiu no exercício de muitas atividades consideradas essenciais ou mesmo na via da exploração – o que revela a ocupação das empregadas domésticas, por exemplo. Para outras tantas, a alternativa ou a falta dela foi a dependência de apoio mobilizado pela sociedade civil. O que se segue são reflexões acerca de desafios postos quando o “trabalho vem para casa” associado aos efeitos e a sobrecarga produzida neste contexto.

## 2. Metodologia

A metodologia do estudo foi de natureza qualitativa, baseado em revisão narrativa. Esta é constituída por uma análise da literatura, baseada em publicações amplas, apropriadas para descrever e discutir o desenvolvimento ou o "estado da arte" de um determinado assunto, sob ponto de vista teórico ou contextual. Constituem, basicamente, de análise da literatura publicada em livros, artigos de revista impressas e/ou eletrônicas na interpretação e análise crítica pessoal do autor. No entanto, não pretende estabelecer uma metodologia rigorosa e replicável em nível de reprodução de dados e respostas quantitativas para questões específicas, como explicitam Vosgerau e Romanowsk (2014). Utilizando de base bibliográfica e dados documentais, a pesquisa utilizou sítios eletrônicos e o período para busca das publicações foram os anos de 2020 e 2021. Os critérios de inclusão para utilização das informações se deram por trazerem informações relevantes acerca da temática proposta e serem fontes confiáveis. Não foram utilizados como base de dados informações veiculadas em redes sociais. Os resultados e discussões foram orientados por informações divulgadas pelos sites na internet, sendo estes de natureza pública ou não governamental.

**Tabela 1:** Corpus do estudo.

Fontes pesquisadas:	Conteúdo:
AGÊNCIA BRASIL	Pesquisa sobre a estratégia do teletrabalho adotada por empresas brasileiras
DATAFOLHA	Pesquisa sobre a adesão do trabalho remoto
IBGE	Pesquisa sobre casos positivos de COVID-19
FGV	Pesquisa sobre adoção ao home office após a pandemia de COVID-19
IPEA e IBGE	Nota técnica de pesquisa sobre pessoas ocupadas no Brasil que poderiam exercer suas funções de maneira remota
Sempreviva Organização Feminista (SOF)	Pesquisa sobre o trabalho e a vida das mulheres durante duas semanas na pandemia

Fonte: Autores (2022).

## 3. Resultados e Discussão

Dentro do contexto de eclosão da pandemia do COVID-19 e a indicação do distanciamento social como uma das poucas medidas imediatas para conter o avanço do vírus colocou em evidência o teletrabalho. Adotado por uma parte dos

empregadores privados e também por órgãos públicos que seguiram com suas atividades no laborais, essa modalidade se fortaleceu no cotidiano dos trabalhadores brasileiros. A interrupção de diversas atividades produtivas ocasionou impactos imediatos na força de trabalho de forma desigual, atingindo de forma mais aguda aqueles que se encontravam em condições desfavoráveis, tais como jovens, pretos/as, mulheres, pessoas pouco escolarizadas e informais, perdendo emprego e renda em proporções maiores do que os grupos privilegiados (Lemos et al, 2021).

Segundo Lemos et al (2020) dados da Agência Brasil (2020) sobre a estratégia do teletrabalho foi adotada por 46% das empresas brasileiras. Com base em uma publicação realizada pelo site do G1 (2020), uma pesquisa realizada pela Datafolha encomendada pela encomendada pelo C6 Bank as classes A e B foram as que mais conseguiram aderir ao trabalho remoto, configurando 52% dos trabalhadores desse grupo. Na classe C, esse foi o caso de apenas 29% dos profissionais; e os trabalhadores pertencentes às classes D e E representam percentuais ainda menores de adoção do trabalho remoto para 26% apenas. A pesquisa ainda alerta para o aspecto de que a desigualdade na adoção do trabalho remoto nas condições de pandemia reflete as desigualdades de gênero, classe e cor da pele.

Apesar de discordarmos dessa classificação A, B, C e D, utilizada pela fonte mencionada no parágrafo anterior, recorreremos aos índices pesquisas formais. Outra observação importante se refere à utilização da noção de classes sociais presentes nas teorias em Marx, atualizadas por autores marxistas como Antunes (1998,1999,2009) e Badaró (2019), que consideram a composição das classes fundamentais heterogêneas, mas não estratificadas por níveis de consumo.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID-19 (2020) realizada pelo IBGE, consistiu em uma coleta de dados iniciada em maio de 2020, com objetivo de fazer uma estimativa dos casos positivos de COVID-19 e proporcionar o monitoramento dos impactos da pandemia no mercado de trabalho brasileiro. Foram coletados dados de 48 mil domicílios por semana, sendo as entrevistas realizadas pelo telefone. Segundo a pesquisa, entre 20 e 26 de setembro de 2020, 7,9 milhões de brasileiros estavam realizando teletrabalho devido a pandemia do COVID-19 e as medidas de isolamento.

O estudo ‘Tendências de Marketing e Tecnologia 2020’ realizada pelo pesquisador da Fundação Getúlio Vargas (FGV) André Miceli (2020), entrevistou gestores de 100 empresas e identificou que 30% delas pretendiam adotar o home office após a pandemia do novo coronavírus. Já a nota técnica ‘Potencial de Teletrabalho na Pandemia: um retrato no Brasil e no mundo’, divulgada por pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do IBGE em junho de 2020, estimou que 22,7% das pessoas ocupadas no país poderiam exercer suas funções de maneira remota.

Apesar de ter sido amplamente disseminado no Brasil, o teletrabalho não é uma modalidade democrática no sentido do acesso tecnológico e de formação. Grande parte das ocupações não tem possibilidade de serem efetuadas de dentro de casa de acordo com o IPEA, informação divulgada através de uma nota técnica emitida no segundo semestre de 2020 intitulada “Potencial de teletrabalho na pandemia: um retrato no Brasil e no mundo”, na qual apenas cerca de 22,7% das pessoas apresentam possibilidade de aderirem ao teletrabalho.

Esse dado confirma os limites da classe trabalhadora com relação à estratégia de proteção do contágio pelo COVID-19 no período mais agudo da pandemia. Entretanto, enfatizamos aqui a intensa sobreposição de funções profissionais e doméstica sobre as mulheres. A dupla jornada de trabalho não é algo novo no universo feminino, mas a diferença do estágio atual está na execução de múltiplas tarefas no mesmo espaço físico - “a casa”. Sabe-se que o âmbito familiar no imaginário social é lugar de conforto, acolhimento, mas essa idealização nem sempre se confirma na realidade. A casa e a família muitas vezes congregam também conflitos e diferenças.

A escolha de muitas empresas pela manutenção do trabalho remoto indica interesses estratégicos para as corporações, os quais destacamos dois: o primeiro se refere a possibilidade de economia com os custos do trabalho, entre eles, espaço físico, energia, equipamentos, telefonia, móveis, serviços de limpeza, café, água entre outros; 2) o segundo se refere ao maior índice

de isolamento dos trabalhadores, pois se por um lado o mundo virtual aproxima e proporciona acessos rápidos a longas distâncias, por outro, não substitui a aproximação física, a presença humana.

Nesse sentido, isolar a classe trabalhadora, tem sido uma das investidas do capital há alguns anos, quando se amplia a competitividade entre pares de trabalho. Esse aspecto foi amplamente discutido por Linhart (2007), que identificou fortes impactos do isolamento estimulado pela gestão Toyotista em empresas francesas, com proteção social, mas com alto nível de competitividade e exigência, o resultado desse fenômeno tem sido a precarização da vida, adoecimento físico e mental. Portanto, a necessidade de isolamento das (os) trabalhadores durante a pandemia contribuiu com a lógica capitalista de ampliar seus lucros aumentando os gastos dos trabalhadores para a prestação de seus serviços, bem como fortaleceu o individualismo dos sujeitos que trabalham.

O teletrabalho intensifica elementos de subordinação das mulheres e reforça a divisão social do trabalho (Butler, 2015). Historicamente as tarefas de organização doméstica, de cuidados com familiares, assim como as profissões que exigem disponibilidade para cuidar são realizadas por mulheres. Um exemplo frequente encontra-se na área à saúde no exercício das funções de baixa remuneração, o que revela a “desigualdade de gênero no exercício profissional, em diferentes espaços da vida social” (Souza et al., 2022, p.291).

Considerando essa realidade vivida por muitas mulheres, no contexto de pandemia ocorreu um processo de intensificação do trabalho doméstico sobreposto às funções profissionais. Esse quadro remonta a reprodução de diversas questões históricas com relação à força de trabalho feminina, gerando um forte enlace entre mercado de trabalho e domicílio (Moreira, 2020). Com isso, ampliar e manter a lógica do capital e a subordinação do trabalho não só reforça como complexifica outras formas de dominação daí decorrentes. O que não é necessariamente uma novidade, a diferença encontra-se na junção do espaço físico, que para as mulheres que saíam de casa para trabalhar e retornavam para os seus lares e permaneciam trabalhando para atender às demandas da família, com a pandemia passou a realizar todas as tarefas no mesmo espaço físico e muitas vezes, ao mesmo tempo.

A inserção da mulher no mundo do trabalho remunerado, pauta política levantada especialmente por mulheres brancas e pertencentes as classes sociais mais favorecidas, não veio acompanhado de uma maior participação masculina no ambiente doméstico ou que estimulasse a divisão igualitária das atividades e tarefas cotidianas do lar (cuidar da casa, da alimentação, dos filhos, dos enfermos) seguem direcionadas e atribuídas às mulheres. Nesse contexto, a sobrecarga e a dupla jornada do trabalho feminino provocada pelo acúmulo de funções desenvolvidas no mercado produtivo e no espaço privado é uma combinação injusta e histórica que permeia a divisão sexual do trabalho (Hirata; Kergoat, 2007).

Entre as diversas formas de desigualdades reforçadas nessa sociedade, encontra-se a dualidade hierárquica masculino/feminino, constituída e constituinte do machismo e do patriarcado como se masculino e feminino como gêneros inerentes a corpos de homens e de mulheres (Scott, 1989). Partindo dessa concepção, justifica-se a desvalorização do feminino em relação ao masculino, o que é algo injustificável do ponto de vista científico. Portanto, trata-se de uma espécie de formação política, ideológica e cultural com interesses múltiplos para a contínua forma de dominação patriarcal.

Nesse sentido há uma hierarquização entre o trabalho desenvolvido pelas mulheres e homens, o que contribui e legitima a desigualdade provocada pelas diferenças de sexo, desqualificando o campo da reprodução e do cuidado, especialmente atribuído as mulheres, apesar do aumento nas taxas de participação feminina no mercado de trabalho (Nogueira, 2014, Scuro, 2017, Biroli, 2018). Além da evidente desigualdade provocada pela divisão sexual do trabalho, as condicionalidades de raça e classe também incidem sobre o trabalho exercido pelas mulheres. Conforme a análise de Biroli (2018, p.22) no quesito renda e acesso ao trabalho as mulheres brancas estão mais próximas dos padrões de oportunidades dos homens brancos e apresentam vantagens aos homens negros.

As desigualdades de gênero e poder, quando incorporadas socialmente aparentam ser naturais, porém trata-se de relações de poder determinadas por marcadores sociais que se conformam em construções identitárias, nas quais “mais do que papéis sociais que se aprende nos processos de socialização, são as identidades sociais (gênero, raça e etnia, classe) que vão gestando a subordinação, a partir das experiências vividas que colocam as mulheres nesse lugar” (Saffioti, 2009, p.82).

Dentre as transformações provocadas pela pandemia, em especial no contexto vivenciado pelas mulheres, a instauração da quarentena e do isolamento social, através do imperativo do “#fiqueemcasa” carrega consigo uma controvérsia muito grande quando analisada a partir do olhar interseccional. De acordo com Pereira e Almeida (2021) o novo coronavírus atingiu em cheio a classe trabalhadora, em particular mulheres e negras. Estas historicamente se deparam com condições de trabalho ainda mais precárias se comparadas as mulheres brancas e no contexto das relações de trabalho, conforme tem se vivenciado na pandemia, elas são as que se deparam com menos segurança nas legislações trabalhistas e minoritariamente estão incluídas em formas de trabalhos remotos.

Especificamente sobre o trabalho feminino durante a pandemia, a pesquisa realizada por SOF Sempre Viva Organização Feminista (SOF), intitulada como “O trabalho e a vida das mulheres na pandemia”<sup>4</sup> analisou o trabalho e a vida das mulheres durante duas semanas, de 27 de abril a 11 de maio de 2020, utilizando a plataforma Survey Monkey. Foram captadas 2.646 respostas de mulheres de diversos estados do Brasil e, segundo a pesquisa, 41% das mulheres que participaram afirmaram que seguiram trabalhando durante a pandemia com manutenção de salários afirmaram trabalhar mais na quarentena, ao mesmo tempo que também foi levantado pelas pesquisadoras que 50% das mulheres brasileiras passaram a cuidar de alguém na pandemia. Essa pesquisa apontou as dinâmicas desiguais na rotina das mulheres brasileiras o cruzamento das duas esferas (produtiva e doméstica) diante da pandemia escancara as desigualdades já perpetradas pela relação de trabalho das mulheres ao longo dos tempos.

Além desta sobrecarga histórica enfrentada pelas mulheres e acentuada pelo acúmulo de atividades provocadas pelas medidas restritivas de isolamento social no campo do trabalho, há o evidente esvaziamento da rede de serviços prestado a população (PEREIRA, 2021), a exemplo, da educação. Se no cenário anterior à pandemia, as mulheres deixavam seus filhos nas escolas e creches para exercer suas atividades laborais, na ausência destes serviços e sem o suporte de redes de sociabilidade familiares e comunitárias, estas mulheres são duplamente responsabilizadas e sobrecarregadas.

Conforme aponta Pereira (2021, p. 57) neste cenário de insuficiência de políticas sociais, conforme tem se vivenciado com a COVID-19, se evidencia a responsabilização da mulher no cuidado familiar e em muitos casos, pelo seu provimento. O conceito de familismo utilizado pelas autoras Draibe (2007) e Míoto (2008) indica que as unidades familiares têm sido cobradas pelo Estado pela proteção de seus membros, bem como assume o papel central de instância provedora de proteção social.

Para a classe trabalhadora feminina direcionada ao teletrabalho, poderíamos pensar que esta modalidade de trabalho proporciona qualidade de vida e mais tranquilidade para a realização das atividades advindas do trabalho e as demandas domésticas. Entretanto, precisamos nos atentar para as desigualdades vivenciadas pelas mulheres, como destaca Macêdo (2020, p. 189): “a responsabilidade pelo trabalho doméstico formal ou não, ainda é, no Brasil, exclusivamente destinada às mulheres, representando uma desigualdade entre os gêneros masculino e feminino”. O trabalho doméstico é marcado pela a desigualdade de gênero que marca o estabelecimento de forma sociocultural de diferenças entre os polos binários feminino e masculino.

No contexto em que o trabalho remunerado e o não remunerado se fundam, a percepção das mulheres é que o trabalho doméstico não remunerado se intensificou, considerando que mesmo as que trabalham formalmente, continuam sendo

---

<sup>4</sup> Para maiores informações, a pesquisa encontra-se disponível em: [https://mulheresnapanemia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio\\_Pesquisa\\_SemParar.pdf](https://mulheresnapanemia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf) Acesso: 30 de abril de 2020.

responsabilizadas pelos afazeres domésticos, o que leva ao que conhecemos como “dupla jornada”. Um destaque importante é que entre mulheres que passaram a trabalhar a partir de casa, “o percentual das que indicaram que as tarefas de preparar alimentos, lavar louça e limpar o domicílio “aumentaram muito” - respectivamente 57%, 57% e 52,4% superior” (SOF, 2020, p. 37), o que certamente nos convida a refletir sobre a (re)organização do trabalho doméstico.

Nesse sentido, os resultados da pesquisa demonstram que as dinâmicas de vida e trabalho das mulheres se contrapõem ao discurso de que “a economia não pode parar”, mobilizado para se opor às recomendações de isolamento social. Os trabalhos necessários para a sustentabilidade da vida não pararam, pelo contrário, foram intensificados na pandemia (SOF, 2020, p.5-6).

O trabalho remoto, que adentrou as casas de forma abrupta e sem chance para planejamento, impôs às famílias a organização dos cômodos outrora privados, transformando-os em locais compartilhados para trabalho/estudo. A dificuldade em estabelecer limites entre o horário de trabalho e o tempo para demais demandas da rotina, causaram confusão entre o que é vida privada e “ambiente de trabalho”, ou seja, “tudo se mistura, vida íntima e pública. Se antes essa mistura era constatada e sentida, com a pandemia se trata de uma total invasão, na medida em que o trabalho invadiu o que ainda havia de íntimo” (Castro et al., 2020, p. 48). Além disso, a lógica da produtividade e o receio de perder o emprego assombraram muitas mulheres, principalmente as que tem filhas/os que viram suas rotinas atravessadas pelo cuidado com as crianças que ficaram integralmente em casa e sob o cuidado, muitas vezes, somente da mãe/trabalhadora que teve que contar.

#### **4. Considerações Finais**

A pandemia da Covid-19 e a instauração das medidas restritivas, tornou evidente a dualidade conflitante entre o trabalho remunerado e não remunerado. No cenário em que o espaço privado e público – casa e trabalho – se misturam, há o acúmulo e sobreposições de tarefas executadas pelas mulheres, que são, em sua maioria, as principais executoras das atividades do lar. As bases dessa reflexão perpassam pela necessária reorganização do trabalho doméstico apoiado na divisão igualitária de atribuições entre homens e mulheres. Todas as argumentações supracitadas estão enraizadas na sociedade brasileira, que produz e reproduz a divisão social do trabalho, as relações assimétricas de poder, perpetua um modelo familiar baseado no patriarcado. A reorganização desse trabalho, a ações básicas da vida doméstica, como limpar a casa, lavar roupas e cozinhar, devem ser incorporadas à educação das crianças numa perspectiva de romper com esse modelo dominante que perpetua as relações de gênero.

Embora o trabalho doméstico seja central na reprodução social, ele se mantém no âmbito privado e com uma ampla responsabilidade sobre as mulheres. Nesse sentido, ações de valorização e movimentos pela socialização do trabalho doméstico são fundamentais para a redução das desigualdades.

Esse cenário se agrava quando colocamos em discussão a expansão desenfreada do teletrabalho impulsionado a partir do contexto pandêmico. Torna-se imprescindível nos atentarmos às estratégias do capital de transformar estruturas precarizantes em um discurso de avanço quase “natural” incentivadas pelo mesmo. Faz-se necessário discutir de que forma o teletrabalho está sendo implementado e quais formas de intervenção podemos exercer para frear os impactos desse modelo para a classe trabalhadora e, em especial, na vida das mulheres. A magnitude e a natureza das mudanças ocorridas no período da pandemia e postergadas após o avanço da vacinação e retomada das atividades são elementos de reflexão. No entanto, os efeitos sobre as classes populares são evidentes, uma vez que o aumento do desemprego, da informalidade e das desigualdades sociais são incontestáveis e o impacto da vida das mulheres, perverso. Portanto, espera-se que novos estudos acerca desta temática sejam realizados visando ampliar a dimensão desta realidade e, deste modo, traçar e promover a criação de uma sociedade mais justa e saudável.

## Referências

- Agência Brasil. (2020). *Home office foi adotado por 46% das empresas durante a pandemia*. 29 de julho de 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-07/home-office-foi-adotado-por-46-das-empresas-durante-pandemia>>
- Antunes, R. (1998). Adeus ao trabalho. Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho. Cortez.
- Antunes, R. (1999). Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Boitempo.
- Antunes, R. (2009). Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? Em R. Antunes & R. Braga, *Infoproletários: Degradação real do trabalho virtual*. Boitempo.
- Antunes, R. (2020). *Coronavírus: O trabalho sob fogo cruzado*. Boitempo Editorial.
- Antunes, R., Braga, R., Nogueira, A. M., Rosenfield, C. L., Nogueira, C. M., Bastos, F. C., Georges, I., Castillo, J. J., Venco, S., Wolff, S., Oliveira, S. M. de, & Huws, U. (2009). *Infoproletários: Degradação real do trabalho virtual* (1ª edição). Boitempo.
- Araújo, T. M. de, & Lua, I. (2021). O trabalho mudou-se para casa: Trabalho remoto no contexto da pandemia de COVID-19. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 46. <https://doi.org/10.1590/2317-6369000030720>
- Badaró, M. (20219). A classe trabalhadora: De Marx ao nosso tempo. Boitempo.
- Biroli, F. (2018). *Gênero e desigualdades: Limites da democracia no Brasil* (1ª edição). Boitempo.
- Butler, J., Lamarão, S., & Cunha, A. M. da. (2015). *Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?* (7ª edição). Civilização Brasileira.
- Draibe, S. M. (2007). Estado de Bem-Estar, Desenvolvimento Econômico e Cidadania: Algumas lições da literatura contemporânea. Em G. Hochman, M. Arretche, & E. Marques, *Políticas Públicas no Brasil*. Fiocruz.
- G1. (2020). *Home office foi adotado por metade das classes a e b durante a pandemia, diz pesquisa*. Disponível em <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2020/08/21/home-office-foi-adotado-por-metade-das-classes-a-e-b-durante-a-pandemia-diz-pesquisa.ghtml>.
- Hirata, H., & Kergoat, D. (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, 37(132), 595–609. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005>
- IBGE. Instituto Brasileiro De Pesquisa Física. PNAD Covid-19. (2020). *Trabalho: desocupação, renda, afastamento, trabalho remoto e outros efeitos da pandemia no trabalho*. Brasil. Disponível em: <<https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/trabalho.php>>.
- IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2020). *Potencial de teletrabalho na pandemia: Um retrato no Brasil e no mundo*. [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200608\\_nt\\_cc47\\_teletrabalho.PDF](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200608_nt_cc47_teletrabalho.PDF)
- Lemos, A. H. D. C., Barbosa, A. D. O., & Monzato, P. P. (2021). Mulheres em home office durante a pandemia da covid-19 e as configurações do conflito trabalho-família. *Revista de Administração de Empresas*, 60, 388–399. <https://doi.org/10.1590/S0034-759020200603>
- Linhart, D. (2007). A desmedida do capital. Boitempo.
- Macêdo, Shirley. (2020). Ser mulher trabalhadora e mãe no contexto da pandemia COVID-19: tecendo sentidos. *Revista do NUFEN*, 12(2), 187-204. <https://dx.doi.org/10.26823/RevistadoNUFEN.vol12.nº02rex.33>
- Miceli, André. (2020). Relatório - Tendências de Marketing e Tecnologia 2020: humanidade redefinida e os novos negócios. Infobase.
- Mioto, R. C. T. (2008). Família e políticas sociais. Em I. Boschetti, *Política social no capitalismo: Tendências contemporâneas*. Cortez.
- Moreira, L. E., Alves, J. S., Oliveira, R. G. de, & Natividade, C. (2020). Mulheres em tempos de pandemia: Um ensaio teórico-político sobre a casa e a guerra. *Psicologia & Sociedade*, 32. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32240246>
- Nogueira, A. C. C., & Monteiro, V. C. M. (2014). Família e Atenção em Saúde: Proteção, Participação ou Responsabilização? Em M. J. de O. Duarte, *Política de Saúde hoje: Interfaces & desafios no trabalho de assistentes sociais*. Papel Social.
- OIT - Organização Internacional do Trabalho: Escritório no Brasil (OIT Brasília). (2020). <https://www.ilo.org/brasil/lang--es/index.html>
- Pereira, Y. M., & Almeida, C. C. L. de. (2021). Famílias, pandemia da COVID-19 e assistência em saúde. *Emancipação*, 21, 1–18.
- Rocha, C. T. M. da, & Amador, F. S. (2018). O teletrabalho: Conceituação e questões para análise. *Cadernos EBAPE.BR*, 16(1), 152–162.
- Saffioti, H. I. B. (2009). Ontogênese e filogênese do gênero: Ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. *Série Estudos/Ciências Sociais/FLASCO-Brasil*.
- Salvador, A. C., Gonçalves, R. S., & Bastos, V. P. ([s.d.]). A crise provocada pela COVID-19: Antigos problemas em um novo cenário. Em R. L. R. Gomes (Org.), *Para além da quarentena: Reflexões sobre crise e pandemia*. <https://morula.com.br/produto/para-alem-da-quarentena-reflexoes-sobre-crise-e-pandemia/>.
- Scott, J. W. (1986). Gender: A Useful Category of Historical Analysis. *The American Historical Review*, 91(5), 1053–1075. <https://doi.org/10.2307/1864376>
- Scott, J. W. (1999). *Gender and the Politics of History* (Revised edition). Columbia University Press.



Scuro, L. (2017). A divisão sexual do trabalho e do cuidado na América Latina. Em C. Araujo & A. Gama (Orgs.), *Entre a casa e o trabalho: Gênero e família no Rio de Janeiro* (p. 21–30). ABE Graph Gráfica e Editora.

Sempreviva Organização Feminista. ([s.d.]). *Sem parar: O trabalho e a vida das mulheres na pandemia*. [https://mulheresnapandemia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio\\_Pesquisa\\_SemParar.pdf](https://mulheresnapandemia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf)

Souza, É. R., Dumont-Pena, É., & Patrocino, L. B. (2022). Pandemia do coronavírus (2019-nCoV) e mulheres: Efeitos nas condições de trabalho e na saúde. *Saúde em Debate*, 46, 290–302. <https://doi.org/10.1590/0103-11042022e120>

Vosgerau, D. S. A. R. & Romanowski, J. P. (2014) *Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas*. *Revista de Diálogo Educacional*, (14)41, 165-189.